

RESENHAS

GAILLARD, J. **Scientists in the Third World**. Lexington, Kentucky: The University Press of Kentucky, 1991. 190p.

A julgar pelo título, parece ser um livro bastante promissor, que vem ao encontro de uma reconhecida necessidade de estudos sobre a dinâmica da ciência nos países do Terceiro Mundo. Infelizmente, já nas primeiras páginas, percebe-se que o título é inaceitavelmente pretensioso. A razão disso é que, para o tipo de estudo pretendido, é essencial que a amostra selecionada seja representativa dos cientistas dos países em desenvolvimento, o que não acontece aqui.

Devido ao fato de que o livro é parte de um estudo sobre o impacto da IFS (International Foundation for Science) na trajetória científica dos pesquisadores que receberam apoio financeiro dessa organização entre 1974 e 1984, a amostra é selecionada dentro dessa população. É evidente que, para ser incluído na amostra, é necessário que o cientista preencha os requisitos da IFS, que apóia projetos apenas nas seguintes áreas: aquacultura, produção animal, culturas alimentícias, reflorestamento e micorriza, fermentação e microbiologia aplicada, produtos naturais e tecnologia rural. As ciências sociais, as ciências da saúde, as ciências exatas, as engenharias e tecnologias não relacionadas ao desenvolvimento rural são desconsideradas nesse estudo, conforme admite o Autor (p.14). Em vista disso, é surpreendente que ele considere que a amostra "cobre mais de 50% das áreas científicas sendo estudadas nos países em desenvolvimento" (p.15).

Essa afirmação incorre em, pelo menos, dois erros grosseiros. O primeiro é assumir que a composição da ciência em termos de áreas é a mesma em todos os países, o que não é verdade. É sabido que países diferentes enfatizam diferentes áreas do conhecimento: enquanto Chile, Peru, Tailândia e China privilegiam as ciências físicas, países como Gana, Paquistão, Filipinas e Trinidad Tobago se concentram mais em botânica, agricultura e ciências de alimentos (ver Frame, J. et al. *Social Studies of Science*, vol. 7, p.501-516, 1977). Assim, os pesquisadores daqueles países que não enfatizam as áreas de pesquisa prioritárias da IFS estão claramente sub-representados no estudo.

Em segundo lugar, e talvez mais importante, é que mesmo naqueles países onde as ciências agrárias (incluindo a biologia aplicada à agricultura) recebem maior atenção relativa, elas não correspondem a mais do que 30% da atividade científica (para a América Latina esse dado é em torno de 20%). É

importante considerar ainda que as áreas de pesquisa da IFS têm caráter eminentemente aplicado, o que exclui também a pesquisa básica feita em ciências agrárias. Em suma, existem indicações muito claras aqui de que o livro diz respeito somente a uma parcela muito pequena da imensa gama de áreas de pesquisa levadas a efeito nos países do Terceiro Mundo.

Além disso, devido à política adotada por essa organização de privilegiar o apoio aos cientistas dos países menos desenvolvidos do Terceiro Mundo, aqueles países “melhores” em ciência estão, reconhecidamente, pouco ou nada representados no estudo (é o caso do Brasil, Argentina, México, Venezuela, para falar apenas da América Latina). Conseqüentemente, e paradoxalmente, a amostra não cobre exatamente os países que têm a maior população de cientistas e que produzem a maior parte da ciência feita no Terceiro Mundo. Contribuindo para o viés da amostra é o fato de que a IFS apóia, preferencialmente, cientistas no início de suas carreiras, e elegeu apenas o inglês e o francês como línguas oficiais.

Ainda mais difícil de justificar é a escolha feita no capítulo 6 de três países – Costa Rica, Senegal e Tailândia – para representar, respectivamente, a América Latina, a África e a Ásia, num estudo pretensamente histórico e detalhado de comunidades científicas nacionais. Por uma série de razões, a Costa Rica é (com exceção de Cuba) talvez o país menos representativo da região. O mesmo pode ser dito sobre a Tailândia em relação à Ásia, que tem dois terços de sua população (e uma proporção ainda maior de seus cientistas) localizada em apenas dois países: Índia e China.

O Autor está consciente de que as estatísticas globais que ele apresenta dissimulam diferenças pronunciadas entre os países, mesmo entre aqueles localizados na mesma região. Entretanto, o reconhecimento desse fato em diversas ocasiões não evita que ele generalize seus resultados para todo o Terceiro Mundo. Dessa maneira, a partir de uma amostra grandemente concentrada em cientistas agrícolas dos países menos desenvolvidos anglo e franco-parlantes da África, o Autor considera legítimo afirmar que: “A tradição vai contra a introdução da pesquisa científica genuína e impede o trabalho científico normal nos países em desenvolvimento” (p.138); “o treinamento em pesquisa, o estabelecimento de instituições e o financiamento de pesquisa são pesadamente dependentes de fontes estrangeiras”; “as universidades nos países em desenvolvimento são excepcionalmente dependentes de financiamento internacional”. Tais afirmações estão longe de representar a atividade de pesquisa no Terceiro Mundo. Talvez elas sejam verdadeiras em um terceiro mundo especial, moldado a partir das exigências e diretrizes políticas da IFS.

É provável que o principal problema desse livro seja excesso de ambição. A informação compilada e a experiência profissional do Autor poderiam ter resultado em um artigo bastante interessante e consistente sobre os cientistas beneficiários da IFS. O problema é que o Autor decidiu, com base na mesma informação e experiência, escrever um livro sobre os cientistas no Terceiro Mundo.

É importante mencionar que o Autor, em diversas ocasiões, usa a literatura de maneira muito pouco rigorosa. Alguma vez ele constrói um quadro da ciência no Terceiro Mundo com base em fontes ultrapassadas (ver Introdução, primeira seção). Outras vezes ele fornece informação errada e sequer cita a fonte (é o caso do número de cursos de pós-graduação no Brasil, p.26). Ainda mais sério é quando ele distorce afirmações de outras pessoas para reforçar seu argumento: Schwartzman (1986) não disse que as universidades brasileiras não poderiam sobreviver sem ajuda financeira estrangeira, mas sim sem financiamento externo à Universidade, principalmente governamental. Finalmente, não pude deixar de perceber com uma ponta de ironia que, quando o Autor analisa como os cientistas de países avançados consideram insignificantes os trabalhos publicados pelos seus colegas dos países em desenvolvimento, ele ilustra a discussão com um exemplo que, segundo ele, foi relatado por Chatelin & Arvanitis (dois cientistas de país avançado) em 1988, quando na verdade, esse exemplo foi investigado e relatado primeiramente por Velho (uma pesquisadora de país em desenvolvimento) em 1985.

Léa Maria Velho

Departamento de Política Científica e Tecnológica
Unicamp